Av. Brasil, 7081 e Tambaú, 34 - Ramos

B/9

ANDRÉ COSMO DE MELO

ESPAÇOS VAZIOS DE UM LOCAL DE PRODUÇÃO PARA HABITAÇÃO

UFRJ/ IPPUR

2003

ESPAÇOS VAZIOS: DE UM LOCAL DE PRODUÇÃO PARA HABITAÇÃO

ANDRÉ COSMO DE MELO

Monografia submetida ao corpo docente do instituto de pesquisa e Planejamento urbano e regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Orientador: Dr. Luís César de Queiroz Ribeiro/ USP

RIO DE JANEIRO

2003

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Deus, que me concedeu saúde e perseverança para atingir meu objetivo;

Aos meus pais que me auxiliaram em todos os sentidos.

À minha amiga Lúcia Helena e ao meu amigo Valdecir (magrão) que me incentivaram durante esta caminhada; o primeiro porque me auxiliou em todos os sentidos e o segundo por sempre observar a minha capacidade.

Ao professor Luis César de Queiroz Ribeiro, pela paciência e competente orientação, e a todos que de alguma forma contribuíram para o êxito deste trabalho.

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
L P P U R

SUMÁRIO

Agradecimentos 03

Sumário 04

Resumo 05

Introdução 07

Capítulo 1: Antecedendo as invasões 08

Capítulo 2: Um campo fértil 16

2.1 Conflitos 27

Capítulo 3: A indústria da invasões 28

Conclusão 33

Referências Bibliográficas 34

Anexos 37

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo tratar das crescentes invasões em fábricas e indústrias que estão situada ao longo da Avenida Brasil no Rio de Janeiro permeando os bairros de Bonsucesso, Ramos, Olaria e na área da Leopoldina. Esta análise tem como objetivo trazer a tona uma série de questionamentos acerca destas invasões, o que poderá nos fornecer um melhor entendimento das inúmeras causas que vêm favorecendo a ocupação desses espaços.

Fez-se necessário uma pesquisa informal com moradores das áreas invadidas e com membros de associações próximas a essas áreas, que relataram vários motivos para essas migrações.

Para tal apresentação, este trabalho encontra-se dividido em 3 partes: o 1° capítulo começa com uma análise histórica sobre as transformações humanísticas que a sociedade brasileira passou pós processo de industrialização na década de 1920 até os dias atuais e as causas que determinaram a ação do Estado. No 2° capítulo é apresentada uma visão de que foi ação do Estado e dos empresários proprietários que permitiu o processo de invasões, tento demonstrar ainda o lado positivo dos invasores (locomoção, aluguel e economia), também abordarei as divergências que ocorrem entre os segmentos envolvidos. E por último proponho algumas soluções para os locais invadidos.

Este trabalho, nos permitirá demonstrar uma nova modalidade de invasão no espaço urbano, ou seja, mostrar uma reutilização de um espaço, que mesmo já definido, como indústria, é recriado como moradia, este passa de um local de produção para habitação.

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U R

Dentro deste contexto, ele nos possibilitará expor fatores favoráveis a esse processo de invasão, como a comodidade estrutural e a manutenção dos vínculos de sociabilidade com as antigas áreas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe a discussão acerca das transformações ocorridas a partir da década de 1990 na cidade do Rio do Janeiro no que se refere a uma nova ocupação do espaço urbano e que se deu sem nenhuma alteração social para as pessoas envolvidas nesse processo. Nesse contexto, as invasões são reflexos de políticas públicos mal elaborados. Analisando a forma como essas ocupações se deram elas podem ser vistas como um ato de desespero de uma parte da população que é menos assistida pelo poder público.

O meu interesse pelo tema é originário de uma preocupação com o descaso de proprietários e da esfera pública com os galpões e antigas fábricas situada na região metropolitana do Rio de Janeiro e que aos poucos foi sendo alvo de grupos sociais segregados. A forma com que vários grupos vêm buscando uma integração social tem sido diversificada , no entanto essa em particular despertou meu interesse devido à intensidade do fluxo e sua respectiva organização.

As observações sobre os lugares ocupados, demonstram que as invasões podem ser uma nova maneira de protesto ou ruptura com modelos impostos pelas fracas políticas de habitação, emprego e segurança.

O período a ser estudado tem seu início na década de 1990 quando acontece com mais intensidade essas ocupações, entretanto dado o caráter peculiar e modificador como esses movimentos vem se transformando fez-se necessário adotar uma periodicidade mais ampla para ser avaliada.

Para esse trabalho utilizo bibliografias relacionadas com problemas habitacionais e mudanças urbanas decorrentes de transformações econômicas e sociais a partir da década de 1920 na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1
ANTECEDENDO AS INVASÕES

As regiões que hoje definimos como metrópole tiveram em seu funcionamento um forte processo de desenvolvimento industrial. A partir da década de 1920, onde o Brasil tinha sua economia em base primário-exportadora, a industrialização fornecia uma dinâmica nas estruturas urbanas, alterando não só o quadro urbano mas também demográfico, gerando complexas mudanças sociais. Dentre as transformações ocorridas, a que é de meu interesse, é a que envolve as cidades que hoje definimos como metrópoles.

Um dos fatores que demonstram a mudança no quadro social após o período industrial possivelmente é o crescimento demográfico. Isto pode ser explicado a partir do fato de que a taxa demográfica de algumas cidades chegou a crescer entre 6,8% a 10,7% antes da segunda metade da década de 1920, a partir daí, a taxa chegou a crescer 31,24% demonstrando uma forte migração para o sul das regiões sul e sudeste.

Desta forma, fica visível que a industrialização foi um demarcador das mudanças na sociedade, segundo Azevedo[1] (1996) "a sociedade brasileira a partir da década de 1940, passa a ser mais urbano e menos rural". O processo de industrialização ocorreu de acordo com uma divisão do trabalho. Num primeiro movimento até a década de 30 surgem novas condições políticas e organizacionais, permitindo uma nova impulsão da indústria. A partir dos anos 40-50, ocorreu a passagem de um projeto de desenvolvimento a nível regional para situar-se em uma escala nacional onde o processo de urbanização, e o crescimento demográfico das cidades ficou cada vez mais intenso. O período de 1940 a 1980 é marcado pela triplicação da população total e pela multiplicação da população urbana (26,35% em

[1] RIBEIRO, Luis César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio. A crise da moradia nas grandes cidades. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 73.

1940 para 68,86 em 1980), ocorrendo no Brasil, no período pós 2ª Guerra, um forte movimento de urbanização e crescimento demográfico devido a fatores como natalidade elevada e mortalidade em queda, assim como progressos sanitários, melhorias relativa nos padrões de vida e o próprio processo de urbanização.

Na década de 1950, quando o processo de industrialização sofreu um de seus maiores fluxos, o Brasil diminuiu as suas exportações de bens não duráveis e passou a exportar itens duráveis. Isto só foi possível porque as forças produtivas trabalharam no sentido de fortalecer a expansão das empresas transnacionais. As empresas que passaram a ser introduzidas aqui e que teriam o papel de dinamizar a economia nacional, realizou apenas em parte, pois elas necessitavam de uma infra-estrutura para que viessem a permanecer no Brasil, e isto muita vezes não estava presente em nossa estrutura urbana. Elas necessitavam de um grande canal de escoamento de seus produtos. Durante o governo de Jucelino Kubtischek essas empresas estrangeiras receberam por parte do estado, recursos que viabilizava o processo de produção e escoamento de seus produtos. Isto foi possível com a implementação do plano de metas, que via na indústria pesada, o rompimento das importações nos setores de bens de capitais e bens de consumo duráveis. No plano de metas os recursos continuariam sendo fornecidos pelo estado através principalmente de emissões e obtenções de novos empréstimos externos.

Segundo Faria[2] (1991), o crescimento ocasionado pela indústria de transformação, permeou a taxa média de 8,5% ao ano, que para ele foi um crescimento profundamente notável ocasionando 'profundas modificações quantitativas e qualitativas na

[2] FARIA Vilmar. 50 anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. In: Novos estudos CEBRAP, n.º 29, 1991.p. 119-161.

estrutura espacial, demográfica e social do país e, por outro o agravamento de antigos e o surgimento de novos desequilíbrios setoriais, regionais e sociais'. Portanto o que fica visível neste início de mudança do quadro urbano brasileiro, é um suposto projeto de Brasil em que não foram levadas em consideração as várias camadas da sociedade, e as disparidades regionais que estavam contidas na sociedade brasileira. A partir da década de 1960, quando ocorreu uma pequena crise, houve uma canalização de recursos por parte do governo central (militares), que promoveu reformas regionais no sentido de dinamizar políticas de incentivo para outras regiões, que não somente as regiões metropolitanas. Essa dinamização de recursos para outras regiões, reforçou nestas cidades a valorização do solo urbano. Com a desconcentração e inflexão da economia, alguns Estados deixaram de crescer e outros subiram formando assim uma total descentralização do espaço urbano.

Essas políticas regionais tentaram de uma forma dinâmica demonstrar a capacidade do Estado elaborar um projeto de Brasil, e foi através dessas políticas que o Estado tentou aliviar as tensões sociais existentes nas grandes metrópoles. O melhor exemplo da tentativa do governo de aliviar as tensões foi à criação de órgãos que teriam a função de promover , coordenar e planejar o urbano. Entre estes o BNH (Banco Nacional de Habitação) e o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). Esses órgãos, como outros que foram criados na década de 1970, ou até mesmo o primeiro PND ou o segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) não conseguiram aplacar os conflitos, pois os mesmos acabaram sendo usados pelos interesses dos grupos mais poderosos com políticas de controle e elitização de alguns espaços urbanos, expulsando as classes mais baixas para a periferia.

> [...] entre as 4,5 milhões de unidades habitacionais financiadas ao longo da existência do BNH, apenas 33,5% foram formalmente destinadas aos setores populares. Com os programas tradicionais de habitação popular oferecido pelo Sistema Financeiro de Habitação absolviam apenas uma parte da clientela alvo fundamentalmente aquela de mais alto rendimento [3]. (AZEVEDO, 1996 p. 78)

A urbanização muita das vezes estava ligada aos processos históricos de algumas capitais, e de seus poderes políticos. Como o Rio de Janeiro foi durante muito tempo sede e capital do país, e politicamente disputavam com São Paulo a hegemonia, no que se refere à economia, São Paulo possuía bases capitalistas mais avançadas.

A região sudeste ficou com a maior parte do processo urbanístico devido a forte industrialização, o que não inviabilizou aumentos significativos em outras regiões. principalmente nas regiões centro-oeste e nordeste.

No período de 1970 a crise remodela as estruturas de investimentos em que a saída para a crise será o fator financeiro especulativo. Segundo Sassen[4] (1993) 'o modelo industrial perde a tônica para o capital financeiro, onde a hegemonia e o motor da economia é o setor financeiro'. Neste momento tem-se uma reestruturação política, consolidando algumas regiões como um espaço metropolitano. Reforçando o circuito da metropolização; a intensa especialização, tecnificação do campo e a ação do Estado, em áreas de pequena densidade demográfica. No reforço da metropolização a desconcentração da industria para municípios periféricos foi verificado por investimentos públicos proporcionando assim uma elevada valorização do preço da terra urbana e na apropriação desta valorização pela esfera privada. A valorização do Solo nas regiões metropolitanas, principalmente na parte central foi possivelmente o fator de expansão da periferia metropolitana.

---

[3] RIBEIRO, Luis César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio, op.cit., p. 78

[4] SASSEN, Saskia. A cidade Global. Lavinhas, Lena. et Aliae (Orgs). Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: HUCITEC/ ANPUR. 1993. p.187

O capital mercantil imobiliário passa a ter nas regiões metropolitanas principalmente um maior nível de comando no processo de ocupação e do uso do solo. As políticas habitacionais oficiais que foram implementadas acabaram por periferizar ainda mais essas cidades, obrigando o estado a promover infra-estrutura (transporte, saúde, saneamento e etc...) a um custo elevadíssimo, aumentando a taxa inflacionaria já que esse capital que financiou essa infra-estrutura foi originário de empréstimos externos. Com a periferização, acabou por outro lado obrigando o trabalhador a se distanciar mais do centro do seu trabalho. A periferização tanto humana quanto industrial, que trouxe mudanças no quadro urbano aumentou sobre modo as cidades vizinhas dos municípios centrais levando as populações de baixa renda a condições de precariedade. Por isso neste trabalho tenta de uma forma demonstrar que as ocupações atuais de fábricas abandonadas que por motivos de falência ou de transferência foi mais um processo desorganizado por parte do estado de se implementar políticas urbanas que não viriam a condizer com a realidade brasileira.

No início dos anos 80, quando mergulhamos na crise da divida ocasionada pelo choque dos juros demonstrando uma recessão e uma diminuição do produto industrial, o Brasil tenta enfrentar esta crise com políticas de ajustes fiscais desacelerando a demanda interna e aumentando as exportações gerando um superávit na balança comercial que será utilizada no pagamento da dívida. Mesmo com a entrada da crise na década de 80, segundo Azevedo[5] (1996 p.74), 'alguns indicadores sociais tiveram melhora, demonstrando assim segundo ele um aumento do serviço de infra-estrutura'. Seguindo normas de padrão internacionais, desde a década anterior, o país aumentou ainda mais o seu processo de desconcentração com a criação dos distritos industriais favorecendo um aumento do grau de aperfeiçoamento do seu processo de qualificação gerando uma intensa especialização do campo. Nesta tecnificação do campo, que passa a ser um centro propagador de produção,

[5] RIBEIRO, Luis César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio, op cit. p. 74.

ocorrem dois processos distintos, uma causa e uma conseqüência, a causa é a expansão agrícola, a conseqüência seria que na utilização dos maquinários haveria a necessidade de uma mão-de-obra mais especializada, expulsando uma boa parte da população do campo para a cidade, elevando ainda mais o quadro demográfico brasileiro nas cidades.

A partir da constituição de 1988, quando os municípios receberam o direito à auto-organização, regendo-se através de leis orgânicas próprias, têm-se uma nova dinâmica no que diz respeito as forças políticas e econômicas da cidade. Segundo Bacelar[6] (2000).

> [...] desde o governo de Fernando Collor (final da década de 1980) a globalização vem sendo intensificada, com abertura financeira e comercial que proporcionou uma maior competição entre os agentes internacionais e nacionais. A conseqüência dessa abertura aprofundaram no governo de Fernando Henrique Cardoso, trazendo desestabilização cambial ocasionando uma desvalorização da moeda nacional. (BACELAR, 2000, p. 325)

Para fugir desse déficit o país precisaria recorrer ainda mais aos aplicadores (especuladores) criando assim círculo vicioso do capital externo. A maneira pela qual o governo tentava atrair esses especuladores era privatizando empresas estatais colaborando para uma desnacionalização da força produtiva brasileira. Para adotar modelo de estabilização do plano Real, o governo Fernando Henrique fez alguns ajustes na polícia cambial, sobre valorizando a moeda com estímulo as importações reduzindo as alíquotas dos impostos das importações, gerando um déficit ,astronômicos, porque para pagar os financiamentos o governo gasta altas somas.

---

[6] ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Ensaios sobre desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Editora Renavan/ Fase, 2000. p. 325

A conseqüência desse montante gasto, aprofunda a crise de recursos, gerando um menor fluxo de capitais investidos em políticas públicas, o capitalismo financeiro implantado na sociedade brasileira se revelou incapaz de promover uma homogeneidade regional na sociedade. O capitalismo então, terá a função de estruturar ou não as políticas urbanas do Brasil. Com essa política financeira fortalecida no governo Fernando Henrique Cardoso, gerou impactos tão fortes que algumas industrias ou fecharam suas portas, ou mudaram de região para obtenção de incentivos fiscais, ocasionando de uma maneira sutil, o favorecimento das invasões nestas áreas de população oriunda de favelas e morros da redondeza.

Ainda nos anos 1990, devido à crise do Estado em que a ordem econômica na desconcentração um fator de investimento passa a ter uma interrupção desse movimento. Autores como Campolina Diniz[7] (1994) falar em "reconcentração". Este novo modelo de desenvolvimento empreendedor assume um papel de importância econômica nas cidades. No caso do Rio de Janeiro segue totalmente um caráter local se baseando no plano estratégico da cidade de Barcelona. A organização das forças locais que propiciou os incentivos e investimentos em infra-estrutura, na cidade. Na intenção de trazer novas empresas para o Rio, fornecendo isenção fiscal e mão-de-obra barata, esses investimentos acabaram determinando a valorização do uso do solo. É nessa visão empreendedora que o primeiro governo César Maia, adota um plano estratégico, o plano diretor, que incluía uma agenda da reforma urbana o que não acontece.

---

[7] CAMPOLINA DINIZ, Clélio. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de Ibid/ p.329.

Este passa a dar lugar ao planejamento estratégico em um projeto de modernização para a cidade, e nessa visão empreendedora que nos inícios dos anos 90 faz-se altos investimentos tecnológicos e estruturais como, por exemplo: Teleporto, Shopping Center, Rede Hoteleira e Bancos. Sendo que estes investimentos não trouxeram o retorno esperado, ou seja, as empresas demonstraram assim uma total incapacidade de planejar o urbano, mas como foram as forças locais que se reuniram para forçar esses investimentos e com os recursos investidos fez-se melhorias provocando o que eles queriam um aumento no valor de ocupação do solo urbano. Isso porque os locais que foram feitos os investimentos já eram favorecidos por uma infra-estrutura básica.

No caso do Rio de Janeiro para Compans[8] (2001) 'o modelo implementado não foi puramente técnico, mas sim uma estratégia política destinada a justificar e a promover a modernização do sistema urbano de integração no sentido de passagem da economia global'.

---

[8] COMPANS, Rose. A emergência do empreendodorismo público urbano na cidade do Rio de Janeiro. 2001.?p. tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 2
UM CAMPO FÉRTIL

Com as transformações decorrentes do processo de industrialização, as cidades brasileiras também tiveram que se adaptar as constantes alterações urbanísticas que viriam a alterar as estruturas de uma economia agrária exportadora para uma de caráter industrializante. Dentro desta mudança relações que se estabelecem entre cidadãos e os diferentes níveis da administração pública nas suas mais variadas esferas a dinâmica deste fogo político colocam em foco as relações de leis que poderiam normalizar os assuntos relacionados ao espaço urbano.

Na antiga Grécia, a pólos, comunidade definida por cidadãos, em que a cidade não era apenas as armações de concreto ou suas histórias míticas e culturais como a (ilíada e odisséia), o que definia a Pólis era que o cidadão simbolizava a própria cidade, ele representava a cidade por sua vivência e por se sentir pertencente a ela. Na atualidade, as transformações ocorridas que levaram populações inteiras migrarem para regiões que eram totalmente desconhecidas, ocasionaram complexidades e disputas por espaços cada vez mais segregado. Desta forma os indivíduos deixam de ter uma identidade com o local, impossibilitando que muitos mantenham vínculos com esses espaços. Os enclaves que são constituídos vêm demonstrando que a cidade não é mais vista como um lugar de relações de sociabilidade. Notamos que através dos enclaves que os espaços que estão sendo construído por um mundo capitalista só tem aumentado ainda mais o distanciamento entre o cidadão e a cidade, já que ele pode não se sentir parte dela.

Segundo Rubens Katzmam[9] (2001), 'as políticas públicas que são implementadas no sentido de melhorar o bem-estar da população mais necessitada não levou em consideração a inserção desta população na sociedade de forma que esta se sinta pertencente a ela'. Mas, para mencionar sobre a inserção desta população é preciso demonstrar que vários fatores favoreceram ou incentivaram o vai e vem de grandes fluxos populacionais. Folladori[10] (2001) "constata que 75% da população latino-americana vivem em regiões urbanas" no caso do Brasil entre os anos de 1940 à 1980 sofreu um acréscimo superior a 69 milhões de pessoas na parte urbana, percebendo condições favoráveis no aspecto econômico e social em certas regiões centrais, como as regiões metropolitanas em que o dinamismo industrial foi mais elevado isto não quer dizer que só foi em regiões metropolitanas, que o aumento se deu, já que com o processo de desconcentração permitiu que algumas cidades mais próximas as grandes capitais receberem um grande fluxo de investimentos.

A mobilidade da força de trabalho obrigava o trabalhador a fazer enormes trajetos perdendo horas de percurso e espera na sua ida e volta gerando assim um enorme desgaste já que os transportes de massa que normalmente fazem estes percursos são totalmente de péssima ou má qualidade, visto que a maioria dos investimentos na melhoria dos mesmos, são fornecidos pela esfera pública. O transtorno causado por esses deslocamentos, proporcionava na maioria das vezes a qualificação destas moradias como simples dormitórios.

---

[9] KATZMAM, Rubens. Seducidos y abandonados: el aislamiento Social de Los Pobres Urbanos. Santiago. n.º 75, p.171-187, Diciembre. 2001.

[10] FOLLADORI. Guilherme. Los Problemas Ambientalis Urbanos y sus causas. R. Paran. Desenv. Curitiba. n.º 100. p. 71-80. Jan/ Jun. 2001.

Quando se tem melhorias infra estruturais neste lugares normalmente é no sentido de favorecer a especulação imobiliária, ou seja, o surgimento de uma estrada ou Via rápida que facilita o acesso menos demorado automaticamente repercutirá nos preços dos terrenos, e imóveis tornando impossível a presença da população.

Segundo Veter e Massena[11] (198?), é o estado que exerce seu controle direto ou indireto sobre os variados níveis de valorização da terra.

Ao mesmo tempo em que fatores de utilização do espaço favorece uma maior democratização do espaço urbano como também um fator de exclusão, periferização, desemprego e o avanço da pobreza e da miséria já que grande parte desta população não vai conseguir se inserir na economia. Esse processo de mudanças que geraram conflitos entre classes urbanas, prevaleceu os interesses dos grupos mais poderosos com políticos de controle e utilização de alguns espaços urbanos, praticando políticas concentradora e antidistribuitiva. O setor público associado ao capital contribui em muito para a periferização em que a mesma seja usada como mercado de mão-de-obra barata bem como na utilização de políticos de intervenção direta (erradicação de favelas, planos de renovação urbana) e indireta (legislação, transação e descontrole da valorização da terra).

A área em especial que será analisada em diante será por uma simples questão metodológica chamada de SETOR A[12](Anexo p. 55). Esta área está localizada numa das zonas industriais mais antigas do Rio de Janeiro, que tiveram sua importância a partir de duas principais vias de acesso; a linha férrea que partia da estação Leopoldina com destino a Guapimirim com baldeação em Gramacho, a outra via é uma das principais rodovias do estado a Avenida Brasil que tem seu início no bairro do Caju e que por uma "coincidência" é

---

[11] VETTER, David Michael; MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Uma teoria de causação circular. (Org.). Solo urbano: Tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 198?. p.53.

[12] Esta denominação tem o objetivo de facilitar a localização das indústrias nas margens da Avenida Brasil.

um dos bairros aonde se encontra o porto (Cais do Porto) e que de acordo com Santos e Brostein[13] (1978) no SETOR A o crescimento desta população se deu por,

> [...] fluxos migratórios duplamente induzidos: através da expulsão das populações mais pobres residentes no núcleo e por meio do deslocamento de pessoas que, vivendo fora da área metropolitana, principalmente no próprio Estado do Rio, vem morar na cidade atraídas pela possibilidade de emprego e que, por não poderem entrar, localizam-se nas suas cercanias. (SANTOS E BROSTEIN, 1978, p. ?)

Essas expulsões como já foi citado no início deste capítulo foram conseqüências de ações diretas ou indiretas do governo, como no caso de favelas, vilas ou conjuntos que serviram como ponto de Triagem, para o processo de desfavelização ocorridas nas décadas pós industrialização e que teve seu ápice na década de 60 quando o governo tentou absorver uma grande parte deste contingente com a criação de um sistema habitacional que tinha no BNH o seu carro chefe, sendo que as disputas políticas acabaram por ocasionar o inverso, o que não quer dizer que uma boa parte recebeu sua casa ou apartamento a custa de longas prestações.

A entrada na década de 40 e 50 de ensinos básicos dando início a construções de siderúrgicas e da produção cimenteira, favoreceu o aparecimento de fábricas e grandes construções como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco, que proporcionou oferta de mão-de-obra barata segundo dados de Pochmann[14] (1998) 'a evolução da participação do emprego na indústria de transformação tem o seu maior índice entre a década de 20 e 70' nos proporcionando uma leitura do quadro populacional ou decorrência da oferta de emprego.

---

[13] SANTOS, Carlos Nelson F. dos; BROSTEIN, Olga. Metaurbanização. O caso do Rio de Janeiro: Revista de Administração Municipal. n.º 149 Ano XXV. Outubro/ Dezembro. 1978.
[14] POCHMANN, Márcio. Reconversão econômica e as tendências das ocupações profissionais no Brasil. Campinas: Unicamp, 1998 p. ?.

Dados do IBGE de 1970 mostram que o crescimento demográfico no SETOR A nas décadas de 60 a 70 foi mais ou menos de 1.200.000 pessoas o que representa cerca de metade do crescimento de toda área metropolitana.

As oportunidades que esses mercados trouxeram, influenciaram na absorção de uma crescente mão-de-obra e de um grande contingente populacional, mas por outro lado, se agravou ainda mais a questão habitacional em que pode ser isto como um dos principais problemas sem dúvida na cidade do Rio de Janeiro.

Como neste trabalho serão abordadas sobre a procedência dos invasores, achei relevante falar sobre a origem dos invasores que na sua maioria é de uma localidade denominada Maré. A história da Maré tem sido alvo de abordagens por vários segmentos da sociedade que vêem nesta região uma grande disposição de crescimento tanto demográfico como econômico. Ela teve seu início no século XVI, com a chegada dos portugueses na baía de Guanabara, aonde seria de local de descanso dos navegantes, porém a partir dos anos de 1940, com o desenvolvimento industrial da cidade do Rio de Janeiro (Capital do País), ela recebe um fluxo de imigrantes nordestinos, vindo principalmente de Pernambuco, Paraíba e Ceará, que encontraram na área da Maré, fácil moradia devido as especulações imobiliárias de outras áreas principalmente lugares secos.

Desde a reforma de Pereira Passos, no início da República, algumas áreas do Rio de Janeiro foram privilegiadas. Nesta reforma, o Centro da Cidade, o Castelo e adjacências sofreram várias desocupações. Na década de 1960 foi a vez do governador do então Estado da Guanabara (Rio de Janeiro) o Sr. Carlos Lacerda (1961-1965), no seu governo foram realizadas obras de modernização em algumas áreas da zona Sul e consequentemente a remoção das favelas e morros daquelas localidades para lugares mais distantes.

A partir da década de 1960, um novo fluxo de pessoas advindas de locais como a favela da praia do Pinto, Morro da Formiga, favela do Esqueleto (onde foi construída o

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U R

Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e desabrigados das margens do rio Faria – Timbó, foram transferidos para abrigos "provisórios" construídos na região da Maré, onde surgiu a comunidade da Maré. Para a construção desses abrigos provisórios e de outras formas de habitação foram sendo feitos aterros, destruindo aos poucos a pequena praia que ficava atrás do morro do Timbau e da Baixa do Sapateiro (praia de Inhaúma). Esses abrigos provisórios foram crescendo em conjunto com a grande quantidade de migrantes unidos do nordeste e de moradores de outras localidade já que ela estava situada perto do centro da cidade.

Esse grande fluxo demográfico foi o que ocasionou uma verticalização e uma maior degradação na Baía de Guanabara já que o crescimento foi desordenado. Até o início dos anos de 1980, a região da Maré e principalmente as palafitas ficaram reconhecidas como símbolo de total miséria em todo o Brasil por causa da música dos Paralamas do Sucesso (Alagados – Hebert Viana) que conseguiu retratar as condições subumanas dos moradores das áreas da Maré.

A partir dos anos de 1980, o governo Federal fez uma grande intervenção aterrando as áreas alagadas e transferindo os moradores das palafitas para casas pré-fabricadas na própria área da Maré que ficaram conhecidas como a Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto dos Pinheiros e Conjunto Esperança. Na década de 1990, foram criados ainda mais três localidades conhecidas como Bento Ribeiro Dantas, Salsa e Merengue e Nova Maré, Estas construções foram feitas para que fossem alojados moradores das áreas de risco principalmente das chuvas e ocupações de áreas do próprio estado. A área da Maré compreende atualmente as seguintes localidades: Conjunto Esperança, Vila do João, Vila dos Pinheiros, Salsa e Merengue, Bento Ribeiro Dantas, Baixa do Sapateiro, Timbau, Parque Nova Maré, Nova Holanda, Parque Rubem Vaz, Parque União, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Marcílio Dias e Kelson.

A extensão da área da Maré é de mais ou menos 8 quilômetros e com uma população de aproximadamente 140.000 habitantes de acordo com o último "Censo Maré" realizado pelo CEASM[15]. Diante deste quadro, fica visível a total cooperação do Estado na transferência dessa população, e isto já era esperado, visto que este fluxo populacional estava aglomerado em uma área, sem infra-estrutura o que ocasionou por parte dessas pessoas segregadas, uma forma de reação aonde as fábricas e indústrias abandonadas serviram como local de protesto, demonstrando uma inabilidade do estado em chamar para discussão os segmentos que realmente necessitavam de ser ouvidos (de pessoas que não tem casa, ou quando as tem vivem em locais sem infra-estrutura alguma) e o governo de uma forma que não me cabe classificá-la como coerente ou não deixou esta situação se agravar a um nível em que uma reação era inevitável, devido a falta de assistência por parte do Estado.

Não se sabe ao certo qual foi a primeira fábrica a ser invadida, desta forma, a seqüência das invasões não seguem a uma ordem cronológica mas ao fazer um trabalho nos imóveis invadidos, o que se encontra na Rua Marques de Oliveira, n.° 150, em Ramos, presumi-se que seja o mais antigo, já que logo após a falência desta fábrica, alguns funcionários que não receberam seus passivos trabalhistas foram os primeiros a se apropriarem de uma parte da fábrica, outras famílias se espalharam pelo resto do lote. Com a invasão desta fábrica (de velas) o movimento se espalhou para as ruas próximas. Atualmente já existe uma associação de moradores e residem aproximadamente 900 famílias.

A segunda invasão ocorreu na Avenida Brasil, n.° 7081 e na Rua Tambaú, n.° 34, em Ramos (Anexo p. 38). Esse espaço é constituído por dois galpões e a sua invasão segundo os ocupantes iniciou-se em uma antiga fábrica de motores chamada Perkins na Avenida Brasil e que alastrou-se para a Rua Tambaú com uma quantidade de aproximadamente 120 famílias.

---

[15] CEASM de Educação e Ação Social da Maré.

A terceira ocupação foi na Rua Avenida Brasil, n.° 7305, Ramos (Anexo p. 39) que era utilizado como ginásio/ Clube, pertencente a uma empresa estabelecida em outra localidade que fechou.

A utilização deste espaço tem sido explorado por antigos invasores que reformaram a parte de baixo dividindo-as em lojas e na parte de cima muitas famílias sobrevivem precariamente.

A quarta ocupação ocorreu na Rua Teixeira Ribeiro, n.° 460, em Bonsucesso (Anexo p. 40-1). Este local era utilizado como frigorífico de Ilha Grande, rede de supermercado que faliu. Logo após a sua ocupação, os moradores na tentativa de melhor ocupação deste espaço mexeram na estrutura do prédio e fizeram compartimentos na cobertura sendo condenado pela Defesa Civil. Vivem nesta ocupação cerca de 130 famílias. Recentemente este espaço foi esvaziado suas famílias foram alocadas para a Fazenda Modelo da Prefeitura do Rio de Janeiro, no bairro de Santa Cruz e o prédio foi demolido.

A quinta ocupação ocorreu na Avenida Teixeira de Castro, n.° 655, em Ramos (Anexo p. 42)., o tipo de edificação é industrial com dois pavimentos as informações sobre o que era este espaço são desencontradas, mas a maioria dos moradores afirmam que era uma antiga fábrica de carroceria de ônibus que se mudou para outro município. Existem 50 famílias que para ampliarem a ocupação estão fazendo uso da cobertura e construindo compartimentos o que poderá causar danos na estrutura do prédio.

A sexta ocupação foi na Rua Felizardo Fortes, n.° 300/ 302, em Ramos (Anexo p. 43)., o tipo de edificação é industrial que começou a ser invadida primeiro pelo n.° 300, ramificando-se para o número 302, moram aí aproximadamente 100 famílias.

A sétima ocupação ocorreu na Rua da Proclamação, n.° 926, em Bonsucesso, o tipo de edificação é comercial, este espaço ficou durante muito tempo abandonado já que o

mesmo se encontrava em processo judicial. Este espaço pertencia a uma rede de supermercado que faliu. Residem aproximadamente 50 famílias neste local.

A oitava ocupação deu-se na Rua da Proclamação, n.º 966, em Bonsucesso, o tipo de edificação é industrial que fora utilizada como frigorífico. Este espaço pertencia a uma rede de supermercado que faliu. Residem neste local aproximadamente 100 famílias. Este prédio está localizado ao lado de outra ocupação no n.º 926

A nona ocupação ocorreu na Rua Castro Tavares, n.º 42, em Bonsucesso (Anexo p. 44), o tipo de edificação é industrial, as condições e razões e o tipo de produto que se fabricava neste local é desconhecido, moram aproximadamente 30 famílias em condições precárias.

A décima ocupação foi na Avenida Brasil, n.º 7901, em Ramos (Anexo p. 39), o tipo de edificação é comercial do tipo galpão e que fora utilizada como revendedora de auto peças, por motivos de falência fechou. Vivem nesta ocupação aproximadamente 200 famílias.

Presumi-se que ainda existam outros espaços invadidos e alguns que provavelmente serão invadidos (Anexo p. 45-6) por estarem sem proteção particular ou das esferas públicas vários aspectos podem ser vistos em relação aos locais ocupados. O primeiro comentário é que nenhuma ocupação definitiva (Anexo p. 47) se deu em uma área de "conflito" mas na maioria dos endereços das ocupações, as ruas estão em linha reta com as comunidades carentes. O segundo ponto a ser identificado é que a maioria das invasões tem se dado do lado direito da Avenida Brasil no sentido de descida para a área do centro. O terceiro aspecto é o tipo de ocupantes que na maior parte são de comunidades carentes, principalmente da área da maré e o quarto aspecto tem relação com os discursos dos invasores, a fuga do aluguel, a falta de espaço e principalmente a violência.

Na abordagem do primeiro aspecto que sito em que as invasões ao mesmo tempo estão afastadas de uma suposta área de "conflito", e que por um outro lado basta seguir uma

linha reta e se estará próximo a essa área de "conflito", pode demonstrar assim que os moradores, alegaram no decorrer da entrevista, em que eles não querem morar nas favelas das cercanias da qual a maioria provém mas também não querem perder as suas relações.

Para os invasores a utilização dos antigos lugares de moradia, foram que facilitaram o processo de ocupações nestes lugares, já que a qualquer momento algum órgão do governo poderia implementar medidas de desocupação com ou sem meios violentos. No que se refere à construção, ela muitas vezes é facilitada pela existência de uma relação com os moradores e comerciantes das favelas próximas, com quem eles mantém uma relação, que pode ser definida como uma relação de confiança, e isto é devido ao fato de que em um outro lugar, dificilmente um comerciante abriria crédito para alguém que estivesse desempregado, ou sem qualquer vínculo empregatício, o que permite que cada família, tenha seu espaço próprio, mantendo sua individualidade. As separações são feitas em compartimentos que obedecem a um padrão, estipulado pelos próprios moradores, sendo esta divisão similar na maioria das ocupações; um espaço pequeno, que é subdividido em quarto e cozinha, sendo o banheiro normalmente coletivo.

Um fato que pode ser observado é que a maioria das invasões seguiram um fluxo comum, este era em direção ao lado oposto às antigas áreas o que de certa forma, poderia trazer uma certa tranqüilidade, devido a distância dos constantes conflitos (Anexo p. 48-50).

No que se refere a localização das fábricas e indústrias, estas seguiram um padrão de localização. Isto nos leva a deduzir que isto facilitaria o escoamento da produção tanto para a zona sul da cidade, onde se encontram os bairros de mais alto nível sócioeconômico como para o cais do porto para serem exportadas.

Em relação aos ocupantes, na maioria das vezes são pessoas desempregadas, trabalhadores informais, com poucos recursos, muitas vezes com mulheres e filhos, que viram nas invasões uma tentativa de conseguir por parte do governo um local para habitação. A

maioria dos ocupantes são de áreas pouco favorecidas próximas, e de regiões como a zona Oeste, e em sua maioria vindos da Maré. Esses invasores de início, esperavam uma reação por parte do governo, no sentido de enviá-los para uma outra localidade, como isto não ocorreu, foram permanecendo nestes locais e buscaram adaptar-se a eles.

A especulação imobiliária não é exclusiva de locais privilegiados. Esta também se faz presente dentro das comunidades, das favelas, já que nestas comunidades existem espaços diferenciados, demonstrando assim uma segregação dentro da segregação. A partir da década de 1970-80 quando houve um maior investimento em saneamento básico, isto pode ser verificado mais facilmente. Esta segregação poderia ter provocado a expulsão ou deslocamento de pessoas menos favorecida desses espaços para áreas com menos infra-estrutura, e foi a fuga dessa dinâmica especulativa do próprio mercado que, favoreceu as invasões que são o tema principal deste trabalho.

O que fica demonstrado neste trabalho é que as pessoas que se dirigiram para esses locais não pertenciam a nenhum campo organizado como o MNLM (Movimento Nacional pela Moradia), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) deixando claro não haver nenhuma proposta de cunho político, já que esses grupos organizam invasões com motivações partidárias e ideológicas.

Alguns moradores não tiveram condições de arcar com os custos que a infra-estrutura trouxe para algumas localidades incapacitando os mesmos de arcarem com aluguéis altos ou compra de uma laje. Somado a isso o maior problema que algumas localidades tem enfrentado é a violência.

2.1 Conflitos

Os conflitos que tento demonstrar não são mais aqueles em que grupos organizados, reúnem-se em uma assembléia e por um contingente formam uma associação que terá a função de representatividade coletiva na mediação entre as esferas públicas e os moradores na tentativa de obter recursos para o desenvolvimento local. Os conflitos que definimos hoje são, estritamente disputados por grupos armados que se entitulam defensores de um espaço, que a princípio são os morros e favelas; mas que de uma forma geral acabou por dividir a cidade entre eles. São grupos armados altamente violentos que encontraram nas favelas e morros da cidade um local propicio para a sua organização.

Esses grupos estão em constantes disputas por novas áreas ou por áreas pertencentes a outra facção, ocasionando assim mudanças muito rápidas tanto no mercado imobiliário das favelas e morros como na deterioração do modo de vida da população do entorno. A partir do momento em que os conflitos ameaçam a vida de quem mora nestas localidades, a saída encontrada por uma boa parte desses moradores foram buscar em outros espaços um local em que os conflitos fossem menos intensos, alguns moradores que conseguiram economizar e juntar um pouco de dinheiro saíram para locais de melhor infra-estrutura das imediações o que significa que não saíram do bairro demonstrando assim que as migrações ocorreram para as proximidades. Outros que não tinham como conseguir recursos encontraram nas fábricas a saída para ultrapassar os limites impostos pela violência. Estes limites que podem ser demarcados por uma divisória como um rio, uma rua principal, uma instituição pública, uma linha férrea, etc.

CAPÍTULO 3
A INDÚSTRIA DA INVASÃO

A presença de moradores de baixa renda para além das fronteiras dos morros e favelas, seguiu o padrão de desagregação, e isto se verificou após melhoras nas condições de vida, proporcionada por medidas políticas de investimentos em serviços urbanos. Existem hoje evidências de que este quadro sofreu alterações a partir dos anos 70, isto não inviabiliza que também tenha ocorrido décadas antes. Com a melhora nas condições de serviço, foi possível que muitas famílias ascendessem no quadro sócioeconômico, possibilitando assim que moradores de áreas mais carentes rompessem com a linha imaginária que dificultava sua maior integração na sociedade.

Quando se está retratando as transformações que vêm ocorrendo no espaço urbano, tanto o que ocorreu na década de 1970, que possuía em caráter mais claro de ascensão social, como a da década de 90, que representou mais o aumento da miséria, visto que foram buscados lugares para invadir, representam uma forma de luta, de fuga de uma linha imaginária que muitas vezes limita esta população à morros e favelas, sem a chance a oportunidade de buscar melhores condições.

Em relação a saída dos grupos destes lugares, nos últimos anos tomou uma proporção inversa, até porque a conjuntura política democrática abriu certos precedentes para que grupos se organizassem, o que não ocorria com tanta facilidade no período militar ou antes dele. O melhor exemplo desta abertura pode ser visto no governo Leonel Brizola em que ele reduziu com o processo de desfavelização e ao mesmo tempo legalizou as já existentes.

Na medida em que esses grupos migravam, havia uma necessidade deste contingente ser alocado em algum lugar. A forma pela qual as esferas públicas e particulares interviram, tornaram as partes aliadas no surgimento de novos espaços já que eles não tiveram o cuidado de encaminhar propostas ou apontar caminhos na solução ou coordenação desse

problema. Esses grupos fizeram o que parecia mais viável, ocuparam os espaços que antes eram locais de produção e reorganizaram os mesmos para um local de habitação.

Devido a grande quantidade de fábricas e indústrias desocupadas que estão situadas no SETOR A, há expectativa de que novos grupos mais organizados surjam, na tentativa de ocupação e aí não mais apenas com a intenção de um lugar para morar, e sim com um propósito especulativo. Alguns desses espaços invadidos atualmente tem apresentado por parte de seus ocupantes um padrão socioeconômico mais elevado, isto é, fazendo comparação com as primeiras invasões, demonstrando desta forma, que a facilidade para invadir e permanecer nas fábricas tem levado grupos mais especializados a se organizarem simplesmente com fins lucrativos.

No que se refere a ação dos empresários, duas delas, merecem destaque neste trabalho. A de novos proprietários do terreno das Casas Pernambucanas, que funcionava como depósito. Depois deste terreno invadido, os proprietários em negociação com a associação de moradores, comprometeram-se em indenizar os invasores e reformar uma área de lazer localizada em frente ao depósito (Rua Sargento Silva Nunes e Bitencourt Sampaio) (Anexo p. 47) e reutilizaram a fábrica como depósito e manutenção de conteiners; outra ação foi a dos proprietários que não tiveram seus espaços invadidos, aliaram-se a algumas associações próximas, na tentativa de encontrar uma solução. Esta, foi encontrada e está sendo empregada, ou seja, os espaços foram loteados pela associação de moradores, por um preço muito abaixo do preço de mercado, sendo uma parte repassada para os antigos proprietários. As associações além de serem intermediárias entre ocupantes e proprietários também assumem a função de estipular regras de ocupação, de construção, onde exige-se que as casas sejam feitas de alvenaria e também de preços que obedecem critérios puramente espaciais, e não as que os que as leis municipais determinam. Para exemplificar o que foi acima citado, relatarei o caso das fábricas TEKNO Metalúrgica (Anexo p. 51-2) onde eram

produzidas telhas de aço (local onde está sendo construído o conjunto habitacional denominado Tekno Parque) e a Divilan (Anexo p. 53) empresa fornecedora de lã de vidro (Conjunto habitacional Portal da Ilha, Novo Parque União e Vila União), terreno que passou por duas tentativas de invasão, que não foram concluídas devida a forte repressão policial, no entanto, a última invasão foi concluída em uma parte do terreno quando a polícia se retirou. Estes terrenos estão localizados na Avenida Brigadeiro Trompowsky, n.° 260, em Ramos (Anexo p. 48-50), próximo a entrada da Ilha do Governador. Estas fábricas já se encontram sob poder da associação de moradores, que está financiando os lotes e as casas que já haviam sido invadidas, o que de certa forma dá uma segurança para os moradores, visto que os mesmos se sentem seguros, diante do pagamento que é feito na Caixa Econômica, o que torna este financiamento mais acreditado, e que segundo o representante da associação, após a quitação das parcelas, o morador receberá uma escritura, legalizando a situação do mesmo. A quantidade de moradores que se encontram morando dentro destes espaços está oscilando entre mais ou menos 1500 e 1600 famílias podendo chegar a 3000.

As invasões não estão seguindo as características das primeiras, em que uma fábrica era invadida e pouca coisa era feita por parte do invasor; nesta segunda fase das invasões, fica visível a existência de mudanças estruturais como a presença de uma mão-de-obra específica, como pintores, pedreiros, armadores e eletricistas, já que as casas tem que ser padronizada para a estrutura suportar um prédio de 3 ou 4 andares (Anexo p. 54). Sendo assim, surgem oportunidade de emprego para os moradores da redondeza, e ao mesmo tempo cria um vínculo positivo com, estes, no momento em que a empregabilidade é necessidade de muitos. Desta forma, as ocupações recebem apoio da população, não só neste sentido, mas também porque são ocupados lugares que antes representavam perigo para a população, tanto como foco de mosquito como local utilizado para fins criminosos, afastando assim os moradores e trabalhadores que precisam circular próximo ao local. Este apoio dos moradores

do entorno é totalmente diverso do comportamento dos moradores próximos as primeiras invasões citadas, que vinham e vêem nos invasores uma suposta ameaça já que a maioria deles eram originários das comunidades carentes do entorno e não trouxeram algum benefício para os mesmos, ao contrário em algumas invasões a rede de esgoto não suportou e estourou, o lixo passou a acumular nas calçadas, fazendo com que a Companhia de Limpeza Urbana do Município (COMLURB) alterasse a sua rota de coleta de lixo, a energia elétrica precisou ser alterada pela Companhia de luz (LIGHT) já que os invasores utilizaram de meios ilegais (Gatos) para burlarem a rede elétrica ocasionando constantemente quedas de energia em todo o entorno, sem falar na alteração visual que compromete a "estética" do bairro.

Algumas soluções podem ser encontradas para amenizar a questão das crescentes invasões que ocorreram e que possivelmente ocorrerá nos galpões e fábricas desocupadas e não só da área da Leopoldina como também de toda região metropolitana. Proponho que alguns espaços sejam feitas melhorias para que os mesmos sejam vendidos para os próprios ocupantes. Outros que por sua vez foram alterados nas suas estruturas, possam ser demolidos para construção de casas ou prédios e aí os próprios invasores teriam o privilégio da compra a longo prazo e enquanto a construção se encaminha, as esferas públicas remanejariam para abrigos provisórios. Em espaços que seriam inviável a construção, o poder público ou reutilizava aquele espaço junto com a iniciativa privada para fornecer emprego ou para um local de lazer, mas a prioridade seria de manter as famílias nos lugares dando-lhes uma infra-estrutura básica.

Para os lugares que ainda encontram-se vazios e sobre o risco de serem invadidos as esferas públicas teriam que partir na frente dos invasores, modificando os espaços e remodelando para serem habitados economizando não só no sentido financeiro, já que o gasto seria menor, mais também em relação ao transtorno de ter que desabrigar famílias inteiras desses locais.

Na remodelagem de certos espaços, o exemplo que a associação de moradores do Parque União fez poderá ser seguido pelas esferas públicas ou particulares. A primeira ação da associação foi cadastrar as famílias existentes, fazendo um censo e com isso obteve informações não só sociais mais econômicas que poderia facilitar futuramente o pagamento da área invadida, depois negociou com os proprietários dos espaços ocupados um preço que não dificultaria a legalização da área invadida, por último parcelou não só o pagamento da área invadida como também a parte que cabia aos invasores.

Outra solução encontrada e que poderia servir como exemplo é o caso da área ocupada na Avenida Brasil denominada de Borgauto, em que os moradores se reuniram formaram uma comissão que tem o dever de vistoriar qualquer irregularidade na estrutura do prédio e na manutenção de certos serviços como água e luz para todas os cômodos.

Como o caso das ruas Itambé e Tambaú que se uniram formaram uma associação, para brigar com as esferas públicas por melhores serviços de infra-estrutura.

Fica visível diante destes fatos que se as esferas responsáveis por esses problemas, quiserem solucionar encontrarão um meio de reorganizar e resolver esse problema sem ônus para ambos as partes.

CONCLUSÃO

O tema que foi abordado neste trabalho está longe de ser finalizado, tendo em vista a grande abrangência do mesmo. No entanto, apesar da necessidade de reduzir minha pesquisa a determinada região, este trabalho contribui grandemente para modificar a minha visão acerca destas moradias. Foi possível aprimorar a minha visão muitas vezes críticas sobre os invasores, espero assim que o mesmo, este trabalho possa despertar nos meus leitores, porque quando se está passando pela Avenida Brasil, entre os bairros de Bonsucesso e Ramos, e percebe-se entre alguns espaços, empresas modificadas dando lugar a um novo ambiente, a primeira coisa que pensamos, é na total desorganização do espaço metropolitano. Empresas que antes serviam como ponto de referência da cidade, mas que hoje, devido as dificuldades econômicas e sociais tem abrigado famílias inteiras que fugindo dos altos aluguéis ou da distância do trabalho, é o que mais tem assolado a cidade do Rio de Janeiro. Somado a isso, tem-se a questão da violência, pois os constantes conflitos tem expulsado não só pessoas com alto poder de compra para locais distantes, como também com pouca ou nenhuma condição financeira, para área sem infra-estrutura, onde ocupam os galpões já citados.

Desta forma, os que transitam nesses arredores muitas vezes não conseguem perceber, é que essa grande multidão não tem onde se abrigar dos conflitos e usaram as invasões como meio de luta não só para conseguir uma casa mais como também mostrar as esferas públicas que existem pessoas querendo viver a cidade, pertencer a ela, fazer parte dela.

Quando as pessoas que vivem a margem da cidade, começam a incomodar e mudar a suposta, "ordem pública" é que se tem noção da existência de uma outra cidade dentro da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaios sobre desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.* Rio de Janeiro: Editora Renavan/ Fase, 2000. p. 325

- CAMPOLINA DINIZ, Clélio. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas.* In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de Ibid/ p.329.

- CANO, Wilson. *Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930.* p.1-30.

- CEASM: Centro de Ações Sociais da Maré.

- COMPANS, Rose. A emergência do empreendedorismo público urbano na cidade do Rio de Janeiro. 2001.? p. tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. ?.

- DAVIDOVISCH, Fany R.. *Transformações no quadro urbano brasileiro. Período 1970-1980.* Revista Brasileira de Geografia, v. 49, n.° 4 out/dez. 1987. p. 7-23.

- FARIA Vilmar. *50 anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas.* In: Novos estudos CEBRAP, n.° 29, 1991. p. 119-161.

- FOLLADORI, Guilherme. Los Problemas Ambientalis Urbanos y sus causas. R. Paran. Desenv, Curitiba, n.° 100, p. 71-80, Jan/ Jun, 2001. p. ?

- KATZMAM, Rubens. Seducidos y abandonados: el aislamiento Social de Los Pobres Urbanos. Santiago, n.° 75, p.171-187, Diciembre, 2001. p. ?.

- KOWARICK, L. A. *A espoliação urbana*. Paz e Terra. São Paulo, 1983. p. 29-73.

- PIQUET, Rosilia Perrisé da Silva. *Elos entre o processo de industrialização e a formação urbana brasileira*. In: Séries Estudos e Debates, número 11, Março. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ. 1996. p. 1-16.

- _____. *Metrópole e reestruturação produtiva no Brasil*. In: Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano X número 2, Ago/dez. 1996. p. 75-87.

- POCHMANN, Márcio. *Reconversão econômica e as tendências das ocupações profissionais no Brasil*, Campinas: Unicamp, 1998 p. ?.

- RIBEIRO, Luis César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio. *A crise da moradia nas grandes cidades*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 73.

- SANTOS, Carlos Nelson F. dos; BROSTEIN, Olga. Metaurbanização. O caso do Rio de Janeiro: Revista de Administração Municipal. n.° 149 Ano XXV. Outubro/ Dezembro. 1978. p.7-35.

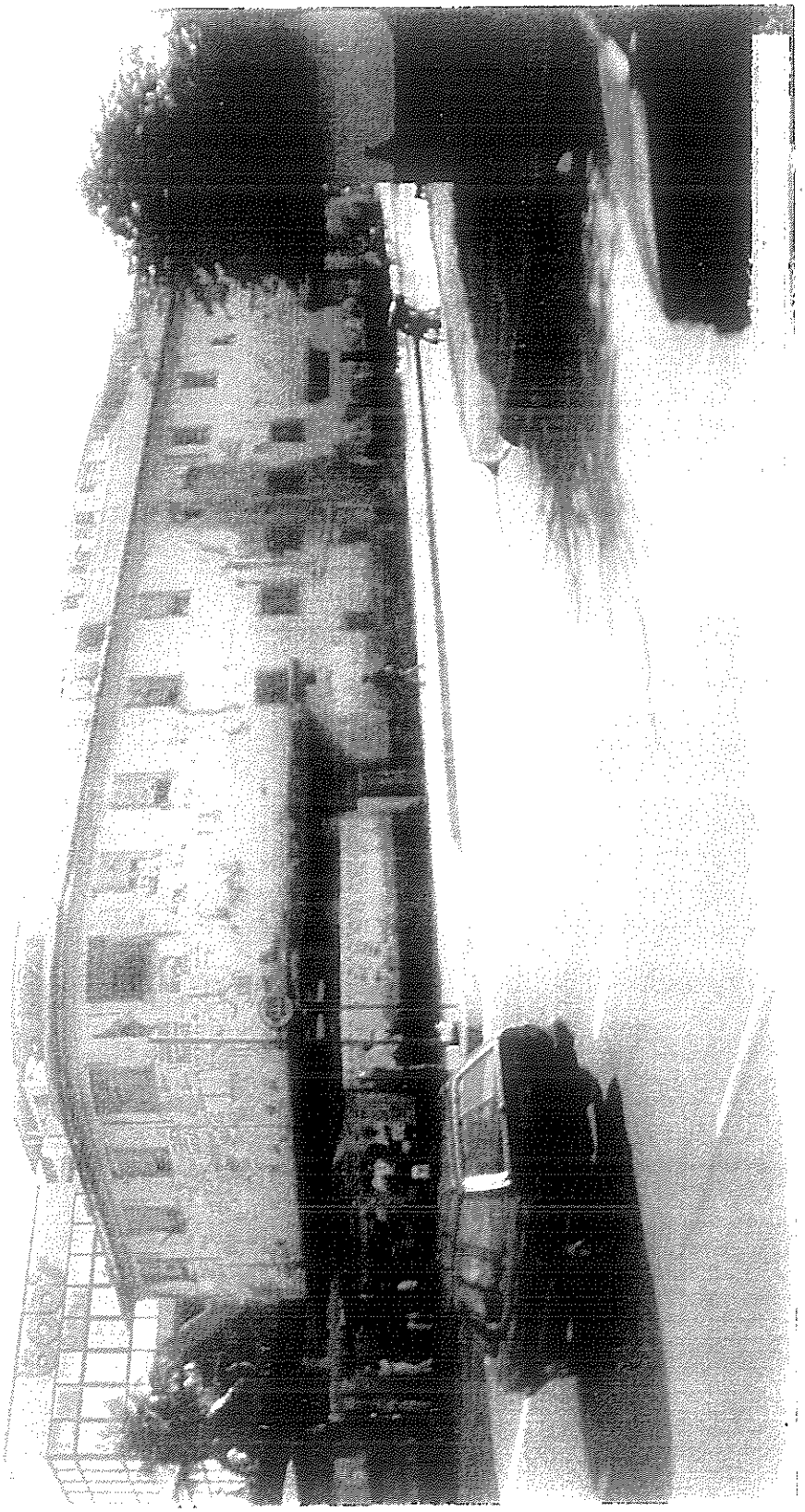
- SASSEN, Saskia. A cidade Global. Lavinhas, Lena. et Aliae (Orgs). Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: HUCITEC/ ANPUR. 1993. p. 187-202.
- VETTER, David Michael; MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Uma teoria de causação circular. (Org.). Solo urbano: Tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 198?. p.53.

ANEXOS

Av. Brasil, 7081 e Tambaú, 34 - Ramos

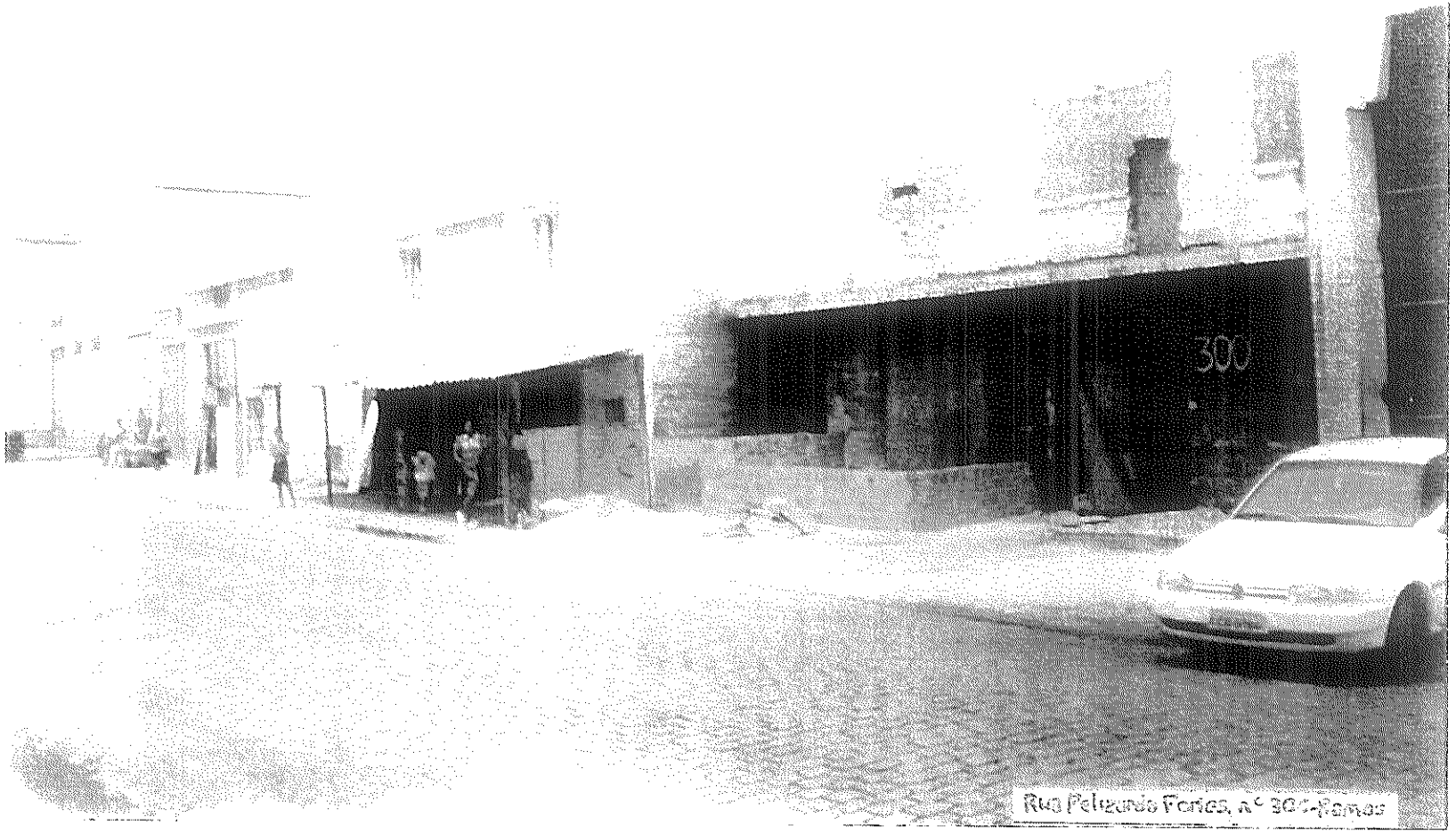
Av. Brasil, 7305 - Ramos

Rua Teixeira Ribeiro, 460 - Bonsucesso



U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I.P.P.U.R.

Rua Teixeira de Castro, 655 - Ramos



Rua Pelizaria Forles, nº 300-Ramos

Rua Castro Tavares n.º 42

Av. Brasil, 6500 - Ramos

Av. Brasil, 6500 - Ramos

Rua Bitencurt Sampaio, 300 - Ramos

Rua dos Campeões, 64 - Ramos

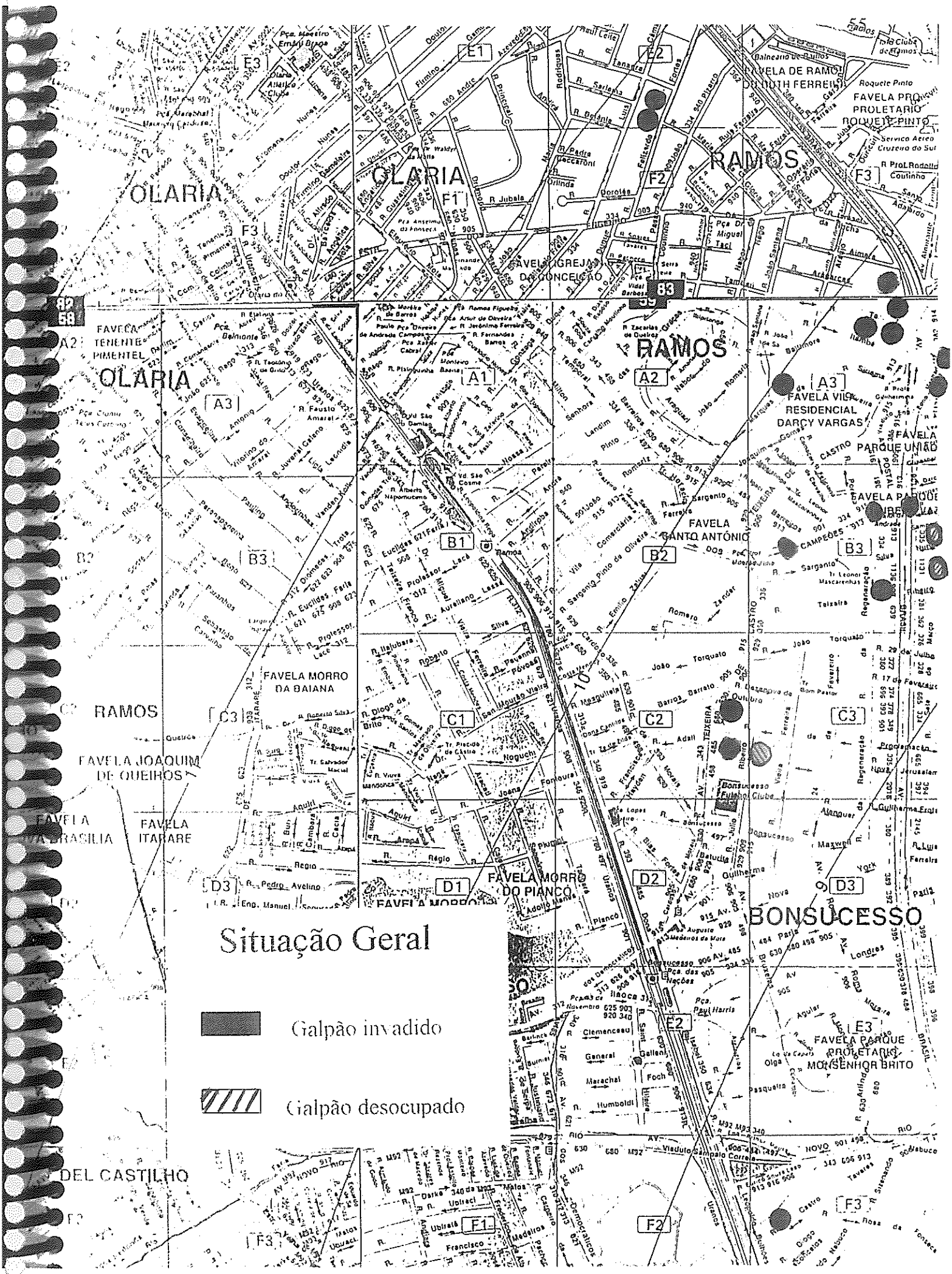
Av. dos Campeões, 46 - Ramos

Av. dos Campeões, 46

Av. Brigadeiro Tronpowsky, 290 - Ramos

Av. Brigadeiro Tronpowsky, 260

Rua Principal, 1 – Nova Holanda – Bonsucesso


Situação Geral
Galpão invadido
Galpão desocupado
OLARIA
RAMOS
BONSUCESSO
FAVELA DE RAMOS
FAVELA PROLETÁRIO ROQUETE PINTO
FAVELA IGREJA DA CONCEIÇÃO
FAVELA TENENTE PIMENTEL
FAVELA VILA RESIDENCIAL DARCY VARGAS
FAVELA PARQUE UNIÃO
FAVELA SANTO ANTÔNIO
FAVELA MORRO DA BAIANA
FAVELA JOAQUIM DE QUEIROS
FAVELA BRASILIA
FAVELA ITARARE
FAVELA MORRO DO PIANCO
FAVELA PARQUE PROLETÁRIO MONSENHOR BRITO
DEL CASTILHO